MARIA ISABEL JOÃO

ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO DOS AÇORES NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira
Volume L – Ano de 1992

MARIA ISABEL JOÃO

ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO DOS AÇORES NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira
Volume L – Ano de 1992

ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO DOS AÇORES NUMA PERSPECTIVA HISTÓRICA (*)

Por: Maria Isabel João

1. Condições de base do desenvolvimento

A primeira questão que se coloca quando pretendemos reflectir sobre uma economia regional diz respeito às condições materiais e humanas que lhe servem de base. Por um lado, temos de pensar nas condições naturais, de ordem geofisica e climática que são próprias da região e, por outro lado, nas respectivas características demográficas: total de habitantes, densidade populacional, taxas de crescimento, natalidade e mortalidade, índice de velhice, esperança média de vida são alguns dos aspectos a ter em conta.

(*) Conferência proferida na sede do Instituto Histórico da Ilha Terceira a 27 de Março 1992, no âmbito das actividades no Centro UNESCO dos Açores.

É evidente que, tanto num caso como noutro, as referidas condições de base, ou, dito de outro modo, o sistema ecobiológico é, por sua vez, afectado pela forma como se processa o desenvolvimento da economia, gerando-se um movimento que tem efeitos recíprocos e tem de ser contextualizado no tempo.

Em simultâneo, é preciso não esquecer que tratando-se de um objecto de análise que tem como centro o ser humano, não podemos deixar de integrar nas nossas preocupações coisas muito mais subjectivas e ambíguas, como são, todas aquelas que se referem às tradições culturais, aos valores e aos comportamentos dos agentes sociais e económicos em situação.

Deste modo, os portugueses que vieram povoar as ilhas dos Açores, nos séculos XV e XVI, encontraram um ambiente natural específico para o qual tiveram de forjar respostas adequadas à própria sobrevivência. Mas, obviamente, essas respostas foram limitadas pelos conhecimentos técnicos e pelo sistema de representações e valores que constituíam o seu universo mental.

Não vale a pena referir as condições naturais destas ilhas porque são sobejamente conhecidas por todos. Mas é necessário reflectir um pouco sobre a evolução demográfica do arquipélago açoriano.

Na penúltima década do século XVI, a população rondaria os 65.000 habitantes, com uma densidade populacional elevada em relação ao continente: 28 hab/Km² e 17 hab/Km², respectivamente. Uma taxa de natalidade elevada e uma taxa de mortalidade relativamente baixa para a época garantiram um crescimento significativo da população açoriana. Assim, apesar da emigração para o Brasil de famílias açorianas, incentivada pelas autoridades, a população dos Açores andaria por 183.400 habitantes, em 1801. A densidade demográfica era, então, de 78 hab/Km², bastante mais do dobro daquela que se registava no Reino.

Essa tendência para o crescimento da população sofre uma inflexão na segunda metado do século XIX e a maioria das ilhas que constituem o arquipélago açoriano chegam a 1900 com menos gente do que tinham no início daquele século ou, noutros casos, em 1849. Deste quadro só escapam as ilhas de Santa Maria, S. Miguel e Terceira, mas mesmo essas sofreram oscilações na segunda metade do século passado. É, sobretudo,

importante registar que a taxa de crescimento anual baixa de forma significativa, apresentando valor negativo no período que medeia entre os censos de 1878 e 1890.

Contudo, isso não foi suficiente para impedir que a população açoriana tivesse aumentado durante o século XIX, passando dos 183.400 habitantes já referidos para 256.291, no início deste século. Um crescimento global de 40%, bastante inferior ao que se registava no resto do país e em clara dissonância com a tendência geral europeia daquele período, que levou os historiadores a falar de autêntica "explosão demográfica".

Mas, apesar disso, uma evolução positiva global bastante mais favorável do que aquela que se tem verificado no presente século, em que podemos distinguir três períodos: de 1900 a 1920, um decréscimo contínuo da população açoriana, de 1920 a 1960, um crescimento global ligeiramente superior, em termos percentuais, àquele que se verificou durante todo o século XIX, e, de 1960 a 1981, uma quebra demográfica muito acentuada, que se traduz num número total de habitantes inferior a 1900: dos 256.291, daquele ano, passou-se para 243.401, em 1981. Um saldo negativo de -5,0% em relação ao princípio do século, mas de cerca de -24,0% relativamente ao máximo populacional atingido em 1960.

De acordo com os resultados preliminares do recenseamento geral de 1991, o decréscimo da população açoriana continuou na última década registando-se um saldo de -2,8% do total dos residentes no arquipélago. Uma hemorragia populacional muito inferior à verificada entre os anos sessenta e oitenta, mas que não deixa de ser preocupante porque se inscreve num quadro geral de baixa da taxa de natalidade e do índice de fecundidade, com o consequente envelhecimento da população e dificuldade de reposição dos efectivos populacionais nalgumas ilhas.

Parece, por conseguinte, ser claro que a demografia contemporânea dos Açores se tem caracterizado por fortes oscilações, de carácter conjuntural, que se traduzem neste século por uma tendência global para o decréscimo da população e para um desequilíbrio cada vez mais acentuado entre as ilhas.

S. Miguel tem vindo, paulatinamente, a aumentar o seu peso demográfico no arquipélago, ultrapassando já a metade da população total; a Terceira fica por menos da quarta parte e as restantes ilhas, no

conjunto, representam outro tanto. Neste quadro, algumas ilhas podem mesmo tender para a desertificação, como a Graciosa e o Corvo.

Num cenário futuro pessimista, que os dados preliminares do recenseamento de 1991 não põem de lado, "a exiguidade do volume [populacional] e o desequilíbrio estrutural poderão condicionar a viabilidade de desenvolvimento económico e social de algumas ilhas e porventura, até, de todo o conjunto" (Rocha, 1991, p. 288). São palavras de Gilberta Rocha que estudou, exaustivamente, a evolução demográfica dos Açores, no século XX.

A causa fundamental das quebras demográficas verificadas na maior parte das ilhas e em termos globais entre 1900 e 1981 é a emigração, primeiro para o Brasil e, depois, para a América do Norte. Mas a emigração é, sobretudo, a consequência das dificuldades estruturais da economia açoriana e das crises que, conjunturalmente, a assolam.

2. Economia agrícola e dependência

Os primeiros povoadores estabeleceram nos Açores uma economia do tipo daquela que conheciam e praticavam no Reino. Uma economia agrícola que combinou, desde muito cedo, a produção para a subsistência das famílias camponesas e senhoriais com a produção para o mercado. Esta dualidade vai permanecer até uma época relativamente recente, se bem que seja notória a tendência para uma cada vez maior mercantilização da agricultura.

Deste modo, os açorianos conseguiram, durante séculos, garantir as próprias subsistências, apesar das crises pontualmente provocadas por maus anos agrícolas ou pela ganância dos proprietários/exportadores que não hesitavam em exportar a sua produção cerealífera em períodos de escassez. E, ao mesmo tempo, criaram um sector dinâmico de tipo capitalista, voltado para a produção de tipo mercantil, que contabilizava ganhos e perdas, e foi arrastando consigo outros sectores da economia.

Por isso, a paisagem das ilhas açorianas foi dominada ao longo dos tempos, a par das culturas tradicionais de subsistência, pelas grandes culturas cíclicas para exportação:

1) Nos primeiros séculos, o trigo, as plantas tintureiras e, num plano secundário, a cana-do-açúcar;
2) desde o século XVIII e no século XIX, as vinhas e os pomares, a par da cultura dos cereais, em especial do milho;
3) no último quartel do século XIX, a cultura da batata doce e do milho para alimentar a indústria do álcool, particularmente em S. Miguel e na Terceira, e as variadas culturas que, de modo geral, a elite dos grandes proprietários micaelenses foi introduzindo naquela ilha, como o tabaco, o chá, a espadana, o ananás e, já no presente século, a beterraba sacarina;
4) finalmente, as pastagens vão atapetando as ilhas à medida que se desenvolve a bovinicultura.

Dispondo de um mercado regional bastante exíguo, os empresários açorianos tiveram de se voltar para os mercados externos para rentabilizar os seus investimentos. Assim, a economia foi-se integrando no complexo das relações atlânticas, através tanto do import/export como do papel desempenhado pelos portos de algumas ilhas no tráfego marítimo mundial.

Mas, deste modo, estabelecia-se também uma estreita dependência desses mercados exteriores que tem exposto as ilhas dos Açores a crises cíclicas, mais ou menos graves consoante a capacidade da economia do arquipélago para se reconverter e adaptar às novas situações. Na segunda metade do século XVII, enfrentaram o declínio da cultura do pastel, motivada pela concorrência dos produtores das plantações americanas e pela baixa dos preços. Já no século XIX, o trigo das ilhas sofre a concorrência do trigo exótico, proveniente da América do Norte, e a produção vai diminuindo, substituída pelo milho e por outras culturas. Depois, é a vez da laranja enfrentar a baixa dos preços nos mercados ingleses até desaparecer como cultura para exportação, pela força conjugada da concorrência e das doenças que afectaram os pomares. Ainda no século passado, é preciso destacar as múltiplas tentativas feitas, algumas com um relativo êxito, para encontrar alternativas economicamente viáveis e garantir os mercados.

Pode-se afirmar, olhando retrospectivamente a história, que os Açores gozaram maior prosperidade em períodos onde foi possível contar com outros mercados, além das ilhas e do continente. Veja-se o caso das plantas tintureiras, exportadas para a Flandres e a Inglaterra, o vinho do Pico, também enviado para os mercados externos, a laranja que fez do século XIX micaelense uma época áurea ou, posteriormente, o caso do ananás. Sempre que os Açores tiveram de contar somente com o mercado nacional as dificuldades foram maiores e traduziram-se em frequentes tensões com o poder central, obrigado a arbitrar os vários interesses em jogo.

O que importa reter como fundamental é a ciclicidade de culturas que tem caracterizado a economia açoriana, isto é, a constante vulnerabilidade e dependência do exterior provocada pela exiguidade do próprio mercado. Uma situação que a progressiva especialização da economia não deixou de acentuar, de tal modo que, hoje, os Açores se vêem confrontados com a chamada "monocultura da vaca", na maior parte das ilhas, e a quase total dependência das importações para alimentar a população.

Se, em épocas anteriores, foi uma estrutura agrária assente na diversidade das produções e na capacidade de alguns sectores capitalistas mais dinâmicos que tornou possível as mudanças e a reconversão das culturas, actualmente o peso do domínio exercido pela bovinicultura poderá dificultar bastante processos idênticos, se tal for necessário. Além disso, é preciso referir que, geralmente, partiram de S. Miguel as iniciativas de mudança, porque também era naquela ilha que se situavam as explorações mais evoluídas. Há vários factores que podem explicar esse facto: maior dimensão física e populacional, maior concentração da propriedade, mais disponibilidade de capital e maior acesso da sua elite à informação, através dos contactos com o exterior. A capacidade de inovação/mudança esteve sempre limitada nas outras ilhas, com a excepção da Terceira que nalguns casos teve a iniciativa e noutras procurou acompanhar os micaelenses, pela exiguidade das suas dimensões, sob todos os aspectos.

Os portugueses estabeleceram, portanto, nas ilhas açorianas uma economia agrícola, apesar da terra escassa e descontínua e de um sistema ecobiológico extremamente frágil. O clima e os solos vulcânicos tornam a terra bastante produtiva, mas a camada arável é, geralmente,

bastante fina e depaupera-se com rapidez. O excesso de pluviosidade nuns casos ou a escassez de água noutros, os ventos e a ressalga do mar, as pragas e doenças dos mais variados tipos têm, também ciclicamente, criado sérios problemas à agricultura açoriana.

Através de técnicas tradicionais, como a "cultura promíscua", o pousio e a rotação de culturas, o sistema de adubagem conhecido por "outonar" a terra, e, progressivamente, através da introdução de técnicas modernas, como os adubos químicos e a mecanização, os lavradores açorianos sempre procuraram rentabilizar ao máximo a produção, com um sucesso bastante relativo. Duas ordens de razões podem explicar esse facto:

- a primeira refere-se à estrutura da propriedade que tem constituído, desde o século passado, um entrave ao desenvolvimento da agricultura; basta pensar nos problemas decorrentes da vinculação e do absentismo dos proprietários, ao que se juntava os arrendamentos precários e caros, e, posteriormente, a dispersão e reduzidas dimensões da maior parte das explorações agrárias, descapitalizadas e sem condições para ensaiar novas técnicas e experiências;
- a segunda diz respeito à falta de preparação técnica da maior parte dos lavradores e ao peso dos processos e técnicas tradicionais de exploração agrária que têm provocado um atraso significativo na modernização.

Os Açores, situados a considerável distância dos principais centros de informação e de desenvolvimento, demonstraram, no século passado, uma notável capacidade para se actualizar e divulgar algumas inovações. Estamos a pensar na sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, no jornal "O Agricultor Micaelense" e nas diversas explorações agrícolas e industriais que se fizeram nas capitais de distrito. Mas, apesar do dinamismo da elite dos proprietários micaelenses, geralmente promotora dessas iniciativas, as mudanças são lentas e não atingem a estrutura agrária no seu todo. As produções, efectivamente, são reconvertidas, a especialização torna-se cada vez mais acentuada e maior a mercantilização da agricultura, mas a estrutura da propriedade, globalmente pelo predomínio da pequena propriedade e do arrendamento e pela dispersão dos lotes de terreno, manteve-se até aos nossos dias.

Segundo o recenseamento agrícola de 1985, as explorações agrárias açorianas têm, em média, somente 4 ha; 40% são exploradas por conta própria, 17% são arrendadas e 43% têm uma forma de exploração mista.

A sociedade açoriana caracteriza-se, assim, por ser dominada por uma economia camponesa, que se começou a afirmar logo na segunda metade do século XVI, segundo Marinho dos Santos (Santos, 1989, p. 282). O que define o tipo de exploração agrária camponesa é o facto de possuir uma dimensão modesta, ser gerida por um *pater familiae*, recorrer especialmente à mão-de-obra familiar e a raros trabalhadores assalariados e destinar uma parte significativa dos excedentes para o mercado. O camponês, quer tenha a posse plena da propriedade ou só o domínio útil, procura extrair da terra o máximo proveito: no século XIX, praticando uma agricultura intensiva, que combinava a produção para o auto-consumo e para o mercado e, posteriormente, reconvertendo as suas explorações para uma agricultura extensiva, baseada na especialização/monocultura. Mas a estrutura da propriedade e o peso da chamada economia camponesa, com o seu corolário de escassez de capital, técnicas tradicionais, limitadas possibilidades de experimentação/inovação, reduzidos horizontes e perspectivas quanto ao futuro, manteve-se como uma característica de longa duração da sociedade e da economia açoriana. E, por isso, qualquer solução de fundo, verdadeiramente estrutural e com futuro, parece-nos que terá de passar por vencer esse autêntico círculo vicioso.

3. A pesca

Em 1890, 47,1% da população activa dos Açores ocupa-se no sector primário e, em 1981, 31,4%. Nessas percentagens só uma ínfima parte diz respeito à população ocupada na pesca, a qual teve sempre um peso muito reduzido no conjunto das actividades económicas do arquipélago açoriano. De modo geral, tem sido uma actividade complementar para compensar o magro rendimento familiar dos camponeses açorianos e são raras as comunidades inteiramente dedicadas à pesca. São vários os factores que podem explicar esta realidade:

1) inexistência de plataforma continental que alimente, com carácter permanente, uma fauna piscícola abundante e variada;
2) a dificuldade da navegação nos mares dos Açores que não se compadece com meios e técnicas demasiado artesanais;
3) a sempre tão falada falta de infra-estruturas e de apoios estatais, que as políticas de desenvolvimento dos últimos anos têm procurado colmatar;
4) por último, e para nós um dos aspectos decisivos, o peso de tradições e de mentalidades ancestrais que remontam ao povoamento feito, sobretudo, por camponeses de várias regiões do continente.

Por isso, a pesca nunca deixou de ser uma actividade restrita e de carácter artesanal, apesar dos incentivos fiscais que chegaram a ser concedidos pelos governos, logo no século XIX, com o objectivo de desenvolver a pesca à distância e em larga escala, em particular a "pesca" da baleia e do bacalhau. É claro que também tem de ser considerada a fraca propensão que os capitais locais, e os portugueses em geral, sempre têm demonstrado para o investimento de risco. Apesar disso, este parece ser um sector da economia com potencialidades que merecem melhor exploração do que tem sido tradicional.

4. Indústria e industrialização

A industrialização tem sido considerada uma pedra de toque do processo de desenvolvimento e já assim era no século passado. Quando, então, se falava em progresso pensava-se em indústria e mecanização, em aumento global da produção e da produtividade, de modo a melhorar o nível geral dos rendimentos e, em particular, os lucros. Essa ideia não deixou de estar presente na mente da elite açoriana que tem pugnado pelo desenvolvimento da sua terra.

Contudo, diversos factores impediram que a actividade industrial e, por conseguinte, a população ocupada no sector secundário adquirissem uma importância significativa na estrutura sócio-económica do arquipélago açoriano. Entre eles, importa destacar a exiguidade do

mercado regional e a dependência de mercados situados a considerável distância, onde a concorrência se revelava geralmente desfavorável para as mercadorias açorianas, e a debilidade dos factores de produção - a força de trabalho e o capital, entendido o último como o conjunto dos objectos e meios de produção.

Por isso, a indústria açoriana caracteriza-se, no final do século XIX, pela estreita dependência da agricultura, pelo carácter artesanal e a fraca mecanização, pelo escasso número de assalariados e pela prática do trabalho sazonal, devido tanto a dificuldades de abastecimento de matérias-primas como de colocação dos produtos no mercado.

Neste quadro sobressaem as tentativas feitas, na segunda metade do século passado, no sentido de desenvolver alguns sectores industriais com viabilidade económica, não só porque podiam dispor de matéria-prima local, abundante e barata, como havia possibilidade de colocação no mercado regional e no continente. Estamos a referir-nos à indústria dos tabacos, desenvolvida nos anos sessenta, à indústria dos lacticínios, propriamente dita, e à indústria do álcool, criadas nos anos setenta e oitenta do século XIX. Em qualquer destes casos, e noutros que se lhes seguiram, os empresários açorianos tiveram de defrontar-se com um jogo complexo e acirrado de interesses que, de modo geral, se tem revelado desfavorável às suas pretensões, apesar de algumas vitórias pontuais.

O que está em jogo tem de ser analisado caso a caso e depende das conjunturas económicas e políticas. Mas, de forma muito genérica, podemos referir que estão em causa os interesses dos industriais e produtores de outras regiões do país e, nalguns períodos, também das colónias, dos consumidores interessados numa boa relação preço/qualidade, dos importadores de idênticas mercadorias do estrangeiro, dos exportadores de certos produtos nacionais, caso dos vinhos generosos "adubados" pelo álcool industrial, e, por fim, do próprio Estado, geralmente exaurido de fundos, que não hesita em recorrer a múltiplas taxas e alcavalas sobre a produção e circulação dos bens.

Neste terreno minado de dificuldades, ainda avultam os "embaraços da administração central", segundo a Associação Comercial de Ponta Delgada. É raro, de acordo com a representação inserida no Inquérito Industrial de 1881, que um ramo de actividade industrial não seja "estor-

vado, se não vexado, directa ou indirectamente, pelas reais ou supostas conveniências públicas, e que algum regulamento mais ou menos complicado não sujeite a dependências da metrópole". As representações e reclamações, por sua vez, não são atendidas com brevidade e os insdustriais queixam-se de despesas e dificuldades "não pequenas" para terem quem lhes trate dos respectivos negócios na capital.

A inexistência naquela época, como aliás noutras, de uma política nacional concertada e coerente que contemplasse os problemas da especificidade do desenvolvimento regional, em particular das regiões insulares, fazia oscilar as medidas económicas e financeiras dos governos ao sabor das conjunturas e dos interesses mais fortes em cada momento, tornando bastante precárias as margens de segurança para aqueles que pretendiam investir em zonas particularmente carenciadas e periféricas. Mas esse problema não tem afectado somente os empresários açorianos e as ilhas atlânticas. É, em boa verdade, um problema nacional que, de maneira mais ou menos aguda, tem sido sentido por diversas regiões do país.

5. Relações comerciais

Os Açores foram, durante a Idade Moderna, uma autêntica placa giratória das trocas internacionais e estiveram relacionados com a economia-mundo daquela época.

As relações económicas das ilhas açorianas foram duradouras com a Grã-Bretanha e os países do Norte da Europa, com o Brasil e com os Estados Unidos, em particular com a região da Nova Inglaterra.

No último quartel do século XIX, depois do declínio da exportação de laranja para a Inglaterra e à medida que o aumento da navegação a vapor tornava as ilhas açorianas um ponto de escala cada vez menos importante para o tráfego transatlântico, debate-se na imprensa açoriana a abertura de portos-francos, como forma de atrair o comércio e a navegação internacional. Mas as opiniões dividiram-se e os projectos não passaram disso mesmo.

As ilhas dos Açores desenvolveram, ainda, trocas com o conti-

nente e com os outros arquipélagos atlânticos. O comércio com o mercado nacional baseou-se, primeiro, nos cereais e nas leguminosas, depois pesou decisivamente o álcool industrial e, por último, a exportação de gado e os lacticínios. Mas esse comércio teve de enfrentar durante séculos, até uma época relativamente recente, toda a espécie de entraves e de limitações decorrentes da inexistência de um mercado unificado e liberto de quaisquer peias.

É conhecido que a livre circulação das mercadorias e a unificação do mercado nacional é uma conquista da burguesia e do desenvolvimento do capitalismo. Ora no século XIX ainda pesavam sobre o comércio realizado entre as várias partes do Reino e ilhas todo o tipo de taxas e alcavalas, para não falar de limites e de proibições, que impediam a livre circulação dos produtos.

Os açorianos sempre se queixaram dessa situação que, de modo geral, consideravam que lhes era desfavorável nas relações com o continente. Mas, internamente, as oligarquias locais nunca deixaram de impor limites à livre circulação dos produtos entre as ilhas e até entre os concelhos dentro de cada ilha. Disso se queixava, por exemplo, José Bensaúde a propósito dos tabacos manufacturados. Enquanto os deputados Ressano Garcia e Eduardo Abreu não deixaram de verberar, na Câmara, o monopólio exercido pela indústria açoriana do álcool sobre o mercado insulano, mantendo os preços demasiado elevados em relação aos que eram praticados no continente. Trata-se, efectivamente, de épocas em que a lógica proteccionista e monopolista prevalecia sobre a livre-concorrência e os interesses dos consumidores. Mas todos sabemos que tal lógica se manteve em períodos posteriores.

Numa análise de longa duração do comércio das ilhas dos Açores com os mercados exteriores sobressai a tendência para o monolitismo das exportações, reduzidas a escassa variedade de produtos e dominadas por um género decisivo para a respectiva economia: é o caso, por ordem cronológica, dos cereais, do pastel e da urzela, dos vinhos e da aguardente, da laranja, do álcool industrial e, por último, do gado e dos lacticínios, para só falarmos dos produtos que tiveram expressão económica em pelo menos mais do que uma ilha até ao século XIX.

O facto de exportarem produtos provenientes, directa ou indirec-

tamente, da agricultura e pouco variados tem graves implicações na economia açoriana:

1) as exportações dependem de factores naturais, como clima, pragas, etc., para apresentarem bons índices;
2) a escassa diversidade dos produtos exportados e dos mercados torna a economia bastante frágil e dependente do exterior, sem apelo quando os preços baixam ou os mercados se fecham, por imposições de ordem política ou devido à concorrência;
3) as situações de crise surgem, geralmente, com o declínio da exportação do produto que é dominante num dado período, gerando um processo em cadeia de dificuldades com forte incidência nas taxas de emigração dos açorianos e no clima de descontentamento dos ilhéus em relação ao poder central.

6. A moeda

Outro factor que criava algumas dificuldades às relações económicas entre os Açores e o continente era a existência de uma moeda local própria.

A diferença entre a moeda fraca ou insulana e a moeda forte que circulava no continente é característica dos particularismos herdados das sociedades do Antigo Regime e tendeu para desaparecer na época contemporânea. Contudo, só no nosso século as medidas financeiras tomadas por Salazar se traduziram na unificação do valor da moeda em circulação.

A maioria da população temeu sempre a uniformização da moeda por duas razões fundamentais: receava-se a subida do valor dos impostos que eram pagos em moeda local e a saída do numerário para o continente, gerando carência nas ilhas como tinha sucedido noutras épocas. Mas nem todos pensavam do mesmo modo e Aristides da Motta, por exemplo, chegou a defender a unificação da moeda, na Câmara dos Deputados. Em causa estava a facilitação das relações comerciais com o mercado do Reino e o tributo que os Açores teriam de pagar para poderem

dispor de cabo telegráfico para as comunicações com Lisboa. Considerava, então, o paladino da autonomia açoriana que os benefícios valiam o sacrifício, contra a opinião de outros deputados pelos Açores.

De facto, a diferença de valor e a oscilação do câmbio criavam algumas dificuldades às relações comerciais com o continente e como, progressivamente, os impostos passaram a ser pagos em moeda forte, a unificação tornou-se inevitável.

7. A fraca articulação regional

Outro aspecto que importa salientar a propósito do comércio açoriano é a debilidade das relações inter-insulares e a falta de articulação do espaço económico do arquipélago, pelo menos no período que estudamos. Não havia carreiras regulares e frequentes entre as ilhas, a navegação de cabotagem entre os portos era globalmente escassa e a esmagadora maioria dos barcos que circulavam entre eles eram de pequena dimensão e à vela, ainda no final do século.

A razão fundamental deste facto deve-se ao tipo de economia, misto de subsistência e produção mercantilizada para os mercados exteriores, por isso a circulação entre as ilhas era escassa e limitada a alguns produtos que abundavam mais numas do que noutras: por exemplo, o barro de olaria e a pedra calcária de Santa Maria, o gado bovino e os lacticínios de S. Jorge, o vinho e a aguardente da Graciosa, os cereais de S. Miguel e da Terceira.

Esta realidade, a que não são alheias a dificuldade da navegação nos mares dos Açores e a falta de infra-estruturas adequadas, tem como consequência principal a limitada comunicação entre as ilhas e o acirrar dos "bairrismos" ou, se quisermos criar um termo mais adequado, dos insulismos.

É sabido que não basta a homogeneidade das paisagens e a proximidade para definir uma região, no aspecto económico. É preciso, sobretudo, que haja um centro polarizador e intercâmbios suficientes para fortalecer os laços entre as partes que constituem a região. Ora, no século XIX, isso não existia e, posteriormente, apesar da importância crescente

de S. Miguel, parece-nos que a economia continuou a assentar num sistema de import/export directo de cada ilha com o exterior, através dos principais portos do arquipélago, não se tendo desenvolvido as relações inter-insulares de forma global e duradoura. Actualmente, talvez a expressão mais significativa desse facto seja a reduzida importância da navegação marítima inter-insular, afinal o único meio de transporte que poderia funcionar como o equivalente do comboio ou do camião para transporte de mercadorias numa região insular.

Outros aspectos da integração económica da região dos Açores passam pela divisão do trabalho entre as ilhas, pela circulação do capital e pela constituição de empresas de âmbito regional, conforme se tentou, em 1920, com os Carregadores Açorianos. Esta julgamos ser uma questão que se mantém actual e que não tem somente importância ao nível da economia. No especto político, também é importante para a sobrevivência da Região Autónoma a sua articulação/integração económica.

8. Conclusão

Em jeito de conclusão podemos constatar que a geografia e a demografia têm tido uma importância decisiva na forma como a sociedade e a economia açoriana se foram estruturando ao longo do tempo e são factores a ter em conta quando se pretende perspectivar o futuro.

Tanto a fragilidade do sistema ecobiológico como a chamada insularidade são aspectos marcantes de uma realidade, à qual se junta a tendência, de carácter estrutural, para a emigração e o paulatino decréscimo da população na maior parte das ilhas.

Desde o povoamento dos Açores, desenvolveu-se uma economia agrícola, que combinou ao longo dos séculos a subsistência e a produção mercantilizada, dependente de mercados exteriores às próprias ilhas e sujeita a crises cíclicas que obrigaram os açorianos a reconverter as suas produções/exportações, em várias épocas.

Mas, apesar disso, a estrutura agrária assente no tipo de exploração camponesa manteve-se como uma característica de longa duração da economia açoriana, constituindo um sério obstáculo à introdução de formas

avançadas de modernização e, por conseguinte, à melhoria dos rendimentos das explorações agrícolas e das famílias delas dependentes.

Em geral, as empresas capitalistas mais evoluídas têm estado localizadas em S. Miguel, mas o seu desenvolvimento tem defrontado graves dificuldades ou, nalguns casos, bloqueios inultrapassáveis. Estamos a referir-nos à exiguidade do mercado regional, ao problema da distância a que ficam os principais centros consumidores e à concorrência em condições geralmente desvantajosas para os interesses açorianos.

Agrava esta situação, a precaridade do papel estratégico, tanto económico como político-militar, que as ilhas dos Açores têm desempenhado no espaço atlântico. Primeiro, foram uma autêntica placa giratória da navegação mundial e entreposto comercial de grande importância, depois relegadas para uma quase marginalização com o advento dos transatlânticos a vapor. Do ponto de vista geo-estratégico, foram durante largo período o guarda-avançado das frotas ibéricas no Atlântico, em seguida ponto estratégico para os ingleses e, por último, para os norte-americanos, mas resta saber por quanto tempo.

Os Açores são, portanto, devido à posição geográfica e à fraca envergadura económica e populacional, uma região periférica, situada a meio caminho entre a Europa e a América.

A sua sobrevivência tem dependido da capacidade de reconversão das produções/exportações, num quadro social e económico estruturalmente conservador que, no fundo, tem mudado pouco.

Neste contexto a emigração tem funcionado como uma válvula de escape e tornado possível a conservação de todo o sistema sócio-económico.

Hoje, a progressiva diminuição da população açoriana e o respectivo envelhecimento, a especialização da economia que conduziu ao predominio da bovinicultura e o novo quadro económico e político mundial tornam a situação bastante diferente daquela que existia no final do século XIX e colocam desafios muito mais graves e complexos para o futuro das ilhas açorianas.

BIBLIOGRAFIA

GIL, Maria Olímpia da Rocha (1979) - O arquipélago dos Açores no século XVII: Aspectos sócio-económicos. *Castelo Branco, Ed. da Autora.*

JOÃO, Maria Isabel (1991) - Os Açores no século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas. *Lisboa, Cosmos.*

MIRANDA, Sacuntala de (1989) - O ciclo da laranja e os "gentlemen farmers" da ilha de S. Miguel, 1780 - 1880. *Ponta Dalgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada.*

MONJARDINO, Álvaro (Jan. 1980) - Os Açores no mundo de hoje. *Southeasthern Massachusetts University, Center for the Portuguese Speaking World.*

ROCHA, Gilberta Pavão (1988) - Dinâmica Populacional dos Açores no século XX. Unidade - Permanência - Diversidade. *Ponta Delgada, Universidade dos Açores.*

SANTOS, João Marinho dos (1989) - Os Açores nos séculos XV e XVI. *S.L., D.R.A.C. - S.R.E.C.*

TIP. ACOR, LDA.
Angra do Heroísmo